

Vota MFN
Movimento das Fake News

O que é a verdade?

Vota V!FN
AS VERDADEIRAS
FAKE NEWS

Liberte-se dos factos!

vota CdFN
Coligação das Fake News

A ciência não sabe nada. Nós sabemos tudo!

Alt-FN
MOVIMENTO ALTERNATIVO
FAKE NEWS

Os factos alternativos que contam!

VOTA MIND-FN

Movimento Independente das Fake News

TODOS mentem, exceto o MIND-FN!

Sim, a Terra é quadrada.

Vota JPFN
Juntos pelas Fake News

FN!
FAKE NEWS!

Vota FAKE NEWS!
Nós não mentimos.

Teorias da conspiração? Verdades!

FN/NV
Fake News
Novas Verdades

A realidade que interessa.

VOTA MP-FN
Movimento Popular Fake News



POdFN
Partido oficial das Fake News

O voto da desconfiança.

O IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO NA DEMOCRACIA

PARLAMENTO DOS JOVENS secundário



30/31 maio
Palácio de São Bento

SESSÃO NACIONAL

ÍNDICE

AGENDA

3

ESCOLAS E DEPUTADOS/AS ELEITOS/AS

5

ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES

11

PROJETOS DE RECOMENDAÇÃO

15

REGIMENTO

27

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA | 30 DE MAIO DE 2022

13h00 Chegada das delegações

14h00–16h00 Reuniões das Comissões: 1.ª parte

Debate, na generalidade e na especialidade, dos Projetos de Recomendação aprovados nos diversos círculos eleitorais, sob orientação de Deputados/as da Assembleia da República .

14h00–15h00 Visitas guiadas ao Palácio de S. Bento: jornalistas | professores

16h00–16h30 Lanche

16h30–18h00 Reuniões das Comissões: 2.ª parte

Continuação do debate na especialidade, redação final do projeto de recomendação da Comissão e seleção das perguntas aos Deputados/as da Assembleia da República a apresentar no Plenário.

18h15–19h00 Programa cultural

19h15 Jantar

TERÇA-FEIRA | 31 DE MAIO DE 2022

09h30 Chegada das delegações

10h00–10h30 Abertura solene da Sessão Plenária

Augusto Santos Silva, Presidente da Assembleia da República

Intervenções:

Ana Catarina Mendes, Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

Deputado **Alexandre Quintanilha**, Presidente da Comissão de Educação e Ciência

10h30–11h30 Período de perguntas aos/às Deputados/as da Assembleia da República

11h30–12h55 Debate da Recomendação à Assembleia da República sobre o tema

12h00–12h50 Conferência de imprensa com o Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputado **Alexandre Quintanilha** (destinada aos/às jornalistas das escolas)

12h55 Fotografia de grupo

13h00 Almoço

14h00–16h30 Conclusão do debate e votação final global da Recomendação

16h30 Encerramento da Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens

Deputado **Eduardo Alves**, Coordenador do Grupo de Trabalho Parlamento dos Jovens, da Comissão de Educação e Ciência

ESCOLAS E DEPUTADOS/AS ELEITOS/AS

MESA DA SESSÃO NACIONAL

Presidente: Daniel Vicente Peroba (Porto)

Vice-Presidente: Frederica Pacheco (Açores)

Secretário da Mesa: Sancho Pais de Sousa Miedzir (Lisboa)

Secretária da Mesa: Leonor Pereira de Oliveira (Braga)

CÍRCULOS	ESCOLAS	DEPUTADOS/AS
AÇORES	ES Antero de Quental	António Matos Porta-voz
		Francisca Policarpo
	EB2,3/S Cardeal Costa Nunes	Luís André Pereira Figueiredo
		Luana Silveira Dias
	ES Domingos Rebelo	Matilde do Couto Massa
		Ana Rita Ferreira Bessa
	ES Vitorino Nemésio	Gonçalo Mosa Matos
		Inês Maria Castro Guimarães Pereira Monteiro
AVEIRO	Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento, Aveiro	Vicente Cruzeiro Marques Porta-voz
		Xavier Rendeiro Silva Cunha
	Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis	Álvaro Pinto Xará
		Inês Pinho Silva
	Agrupamento de Escolas João Silva Correia, São João da Madeira	Carolina Gomes Silva Vieira Araújo
		Francisco Rocha Freitas Brandão
Escola Secundária José Estevão, Aveiro	Bárbara Sousa	
	João Pedro Ferreira Marques da Silva	

CÍRCULOS	ESCOLAS	DEPUTADOS/AS
BEJA	Colégio de Nossa Senhora da Graça	Tomás Paz Porta-voz
		Eliana Jesus
	Escola Secundária de Serpa	Miguel Gregório
		David Fernandes
	Escola Secundária D. Manuel I, Beja	Gonçalo Almanso da Silva
		Miguel Nicolau d Almeida
BRAGA	Escola Secundária de Caldas das Taipas, Guimarães	João Pedro Saraiva Martinho Porta-voz
		Diogo Caldas Maia
	Externato "Infante D. Henrique"	Joana Pereira
		Mateus Pereira
	Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão	Diogo Lopes Azevedo
		Álvaro Gil Azevedo Vieira de Castro
Agrupamento de Escolas Santos Simões, Guimarães	Sofia Antunes Machado	
	Ana Beatriz Matos Salgado	
BRAGANÇA	Escola Básica e Secundária D. Afonso III, Vinhais	Sara Teixeira Coroado Porta-voz
		João Pedro Morais Magalhães
	Escola Básica e Secundária de Alfândega da Fé	Carina Cristina Carneiro
		Lara Sofia Vilares
CASTELO BRANCO	Escola Secundária Nuno Álvares, Castelo Branco	João Francisco Santos Martins Porta-voz
		Catarina Lourenço Martins
	Escola Secundária de Sertã	João Cesar Antunes
		Filipe Pedro
	Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Covilhã	Rita Cardoso Lucas
		Gabriel Ruas Pinto

CÍRCULOS	ESCOLAS	DEPUTADOS/AS
COIMBRA	Agrupamento de Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz	Maria Alinho Martins Cardoso Rodrigues Porta-voz
		Vítor Manuel de Melo Gonçalves
	Escola Secundária de Arganil	Guilherme Borges de Brito Correia
		Andreia Ferreira
	Colégio de S. Teotónio	Guilherme Costa
Maria Murtinho		
EUROPA	Cycle d’Orientation du Renard	Tiago Esteves Alves Porta-voz
		Lara Inês Calejo Vicente
ÉVORA	Colégio Salesianos - Évora	Catarina Oliveira Porta-voz
		Manuel Teigão
	Escola Secundária André de Gouveia, Évora	Guilherme Silva Rosa Ourives Branco
		Maria Carolina Canhoto Piteira
	Escola Secundária Rainha Santa Isabel, Estremoz	Miguel Caeiro Abelho
António Pequito Garcia		
FARO	Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes, Olhão	Francisco Fernandes M. Marreiros Porta-voz
		Rodrigo Soares Raposo
	Escola Secundária Júlio Dantas - Lagos	Miguel Filipe Silva Borges Ribeiro
		Iara Sofia de Oliveira Varela Martins
	Colégio Internacional de Vilamoura	Beatriz Ferreira
André Martins		
FORA DA EUROPA	Escola Portuguesa de Cabo Verde – Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV)	Aristéias Martina Mendes Gonçalves Lopes Coutinho Porta-voz
		David Alexandre da Luz Spencer

CÍRCULOS	ESCOLAS	DEPUTADOS/AS
GUARDA	Instituto de Gouveia – Escola Profissional, Lda.	Flávia Marina da Silva Teixeira Porta-voz
		Andreia Sofia Sousa Almeida
	Agrupamento de Escolas Tenente-Coronel Adão Carrapatoso, Vila Nova de Foz Côa	Maria Leonor Passeira Rosa
		Lina Droga Lucas
LEIRIA	Escola Básica e Secundária Dr. Pascoal José de Mello, Ansião	Pedro Alexandre dos Santos Madruga Porta-voz
		Inês Pereira da Rocha Henriques
	Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte, Marinha Grande	Matilde Lopes
		Tomás Elias
	Escola Secundária José Loureiro Botas, Vieira de Leiria, Marinha Grande	Maria Rodrigues
		Ricardo Farto
Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, Caldas da Rainha	Francisco Tuna	
	David Gomes	
LISBOA	Escola Secundária do Arco-Íris, Portela, Loures	Mariana Soares da Rocha Rosa D'Almeida Porta-voz
		Vasco Ruela de Moura Salvador Fernandes
	Externato João Alberto Faria	Laura Custódio Duarte
		Francisco Tenreiro de Almeida Vaz Carlos
	Instituto de Ciências Educativas	Flávia Daniela Fidalgo Dias
		André Roxas das Neves Morais da Silva
	Escola Salesianos de Manique	Clara Figueiredo da Silva Anastácio
		Salvador de Moura Esteves Vargês
Escola Secundária José Afonso, Loures	Igor Oliveira	
	Ana Filipa Marques	

CÍRCULOS	ESCOLAS	DEPUTADOS/AS
MADEIRA	Escola Secundária Francisco Franco	Hugo Filipe Abreu Oliveira Porta-voz
		João Afonso Drumond Serrado
	Escola Complementar do Til – APEL	Ângelo Jorge Lourenço
		João Martim dos Santos Dantas
	Escola Básica e Secundária Professor Dr. Francisco de Freitas Branco	Afonso Estrela da Silva
		Joana A. Teixeira Gandarela Mota
PORTALEGRE	Escola Básica de Gavião	Rodrigo Alexandre Lopes Calado Porta-voz
		Eduardo José Cardigos Tomás
	Escola Secundária D. Sancho II, Elvas	Catarina Ferreira Pinto
		Filipa Modesto Martins de Sousa
PORTO	Escola Secundária de Vilela, Paredes	José Pedro Coelho Teixeira Porta-voz
		Mafalda Cruz Brito
	Agrupamento de Escolas Carolina Michaelis	Rui de Moura Pinheiro
		Vasco de Carvalho Bertoquini
	Escola Secundária Fontes Pereira de Melo, Porto	Ana Sofia Moreira Macanjo
		Guilherme Lobo de Almeida
	Escola Secundária de Aurélia de Sousa, Porto	João Barão
		David Barros
Colégio Novo da Maia	Mafalda de Macedo Pinto Candal	
	Miguel Coelho Moreira Cruz	
SANTARÉM	Centro de Estudos de Fátima	Maria Beatriz Brandão da Costa Porta-voz
		Gabriela Santos Lopes
	Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves, Torres Novas	José Maria Zuzarte Reis Claver
		Martim Oliveira Gomes
	Escola Secundária do Cartaxo	Miguel Filipe Sérico Nunes
Francisco Miguel Fernandes Camoez		

CÍRCULOS	ESCOLAS	DEPUTADOS/AS
SETÚBAL	St. Peter's School	Luís Pedro de Almeida Bravo Porta-voz
		Martim Ferreira Lourenço
	Agrupamento de Escolas de Santo André, Barreiro	Joana Filipa da Conceição Costa
		Matilde Marques de Oliveira Prata Silva
	Escola Secundária du Bocage, Setúbal	Afonso Ilhéu
		Nuno Calado
VIANA DO CASTELO	Agrupamento de Escolas de Valdevez	Mariana Cerqueira Fernandes Porta-voz
		Daniela Brito Faria
	Escola Básica e Secundária de Melgaço	Rafael Gonçalo Gonçalves Caldas
		Luís Adriano Lopes Gonçalves
	Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Ponte da Barca	Manuel Luís Brandão Ribeiro
		Afonso Bandeira Lage de Azevedo Amorim
VILA REAL	Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real	Manuel Fernandes Pinto Porta-voz
		Ari Carvalho
	Escola Secundária São Pedro, Vila Real	João Diogo Ferreira Melo Machado
		Francisco Ribeiro Pinto
VISEU	Escola Secundária Alves Martins, Viseu	Sebastião Henriques Porta-voz
		Léonard Murys
	Escola Secundária de Nelas	Bruno Rafael Santos Almeida
		Inês Pinto Ferreira
	Escola Secundária de Santa Comba Dão	Maria João Silva
		Martim Alves Coelho

ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES

Estão indicados em **MAIÚSCULAS** os círculos cujos Projetos de Recomendação estão em debate.

1. ^a COMISSÃO	2. ^a COMISSÃO	3. ^a COMISSÃO	4. ^a COMISSÃO
Sala 1	Sala 2	Sala 3	Sala 6
6 dep. BEJA Tomás Paz Porta-voz Eliana Jesus Miguel Gregório David Fernandes Gonçalo Almanso da Silva Miguel Nicolau d'Almeida	6 dep. AÇORES António Matos Porta-voz Francisca Policarpo Luís Pereira Figueiredo Luana Silveira Dias Matilde do Couto Massa Ana Rita Ferreira Bessa	2 dep. EUROPA Tiago Esteves Alves Porta-voz Lara Calejo Vicente	6 dep. CASTELO BRANCO João F. Santos Martins Porta-voz Catarina Lourenço Martins João Cesar Antunes Filipe Pedro Rita Cardoso Lucas Gabriel Ruas Pinto
6 dep. FARO Francisco F. Marreiros Porta-voz Rodrigo Soares Raposo Miguel F. S. Borges Ribeiro Iara de Oliveira Varela Martins Beatriz Ferreira André Martins	6 dep. AVEIRO Vicente C. Marques Porta-voz Xavier Rendeiro Silva Cunha Álvaro Pinto Xará Inês Pinho Silva Carolina G. S. Vieira Araújo Francisco R. Freitas Brandão	6 dep. ÉVORA Catarina Oliveira Porta-voz Manuel Teigão Guilherme S. R. Ourives Branco Maria Carolina C. Piteira Miguel Caeiro Abelho António Pequito Garcia	2 dep. FORA DA EUROPA Aristéias M. Coutinho Porta-voz David Alexandre da Luz Spencer

1.ª COMISSÃO Sala 1	2.ª COMISSÃO Sala 2	3.ª COMISSÃO Sala 3	4.ª COMISSÃO Sala 6
<p>4 dep. GUARDA</p> <p>Flávia da Silva Teixeira Porta-voz</p> <p>Andreia Sofia Sousa Almeida</p> <p>Maria Leonor Passeira Rosa</p> <p>Lina Droga Lucas</p>	<p>6 dep. BRAGA</p> <p>João P.S. Martinho Porta-voz</p> <p>Diogo Caldas Maia</p> <p>Joana Pereira</p> <p>Mateus Pereira</p> <p>Diogo Lopes Azevedo</p> <p>Álvaro Gil A. Vieira de Castro</p>	<p>6 dep. SANTARÉM</p> <p>Maria Beatriz da Costa Porta-voz</p> <p>Gabriela Santos Lopes</p> <p>José Maria Zuzarte Reis Claver</p> <p>Martim Oliveira Gomes</p> <p>Miguel Filipe Sério Nunes</p> <p>Francisco M. Fernandes Cameoz</p>	<p>6 dep. LEIRIA</p> <p>Pedro dos S. Madruça Porta-voz</p> <p>Inês Pereira da Rocha Henriques</p> <p>Matilde Lopes</p> <p>Tomás Elias</p> <p>Maria Rodrigues</p> <p>Ricardo Farto</p>
<p>6 dep. LISBOA</p> <p>Mariana S. R. D'Almeida Porta-voz</p> <p>Vasco Salvador Fernandes</p> <p>Laura Custódio Duarte</p> <p>Francisco T. de Almeida Vaz Carlos</p> <p>Flávia Daniela Fidalgo Dias</p> <p>André Morais da Silva</p>	<p>4 dep. BRAGANÇA</p> <p>Sara Teixeira Coroado Porta-voz</p> <p>João Pedro Morais Magalhães</p> <p>Carina Cristina Carneiro</p> <p>Lara Sofia Vilares</p>	<p>6 dep. VIANA DO CASTELO</p> <p>Mariana C. Fernandes Porta-voz</p> <p>Daniela Brito Faria</p> <p>Rafael G. Gonçalves Caldas</p> <p>Luís A. Lopes Gonçalves</p> <p>Manuel Luís Brandão Ribeiro</p> <p>Afonso B. Lage de Azevedo Amorim</p>	<p>4 dep. PORTALEGRE</p> <p>Rodrigo A.L. Calado Porta-voz</p> <p>Eduardo José Cardigos Tomás</p> <p>Catarina Ferreira Pinto</p> <p>Filipa Modesto Martins de Sousa</p>

1.ª COMISSÃO Sala 1	2.ª COMISSÃO Sala 2	3.ª COMISSÃO Sala 3	4.ª COMISSÃO Sala 6
<p>6 dep. MADEIRA</p> <p>Hugo F.A. Oliveira Porta-voz</p> <p>João Afonso Drumond Serrado</p> <p>Ângelo Jorge Lourenço</p> <p>João Martim dos Santos Dantas</p> <p>Afonso Estrela da Silva</p> <p>Joana A. Teixeira Gandarela Mota</p>	<p>6 dep. COIMBRA</p> <p>Maria M.C. Rodrigues Porta-voz</p> <p>Vítor Manuel de Melo Gonçalves</p> <p>Guilherme B. de Brito Correia</p> <p>Andreia Ferreira</p> <p>Guilherme Costa</p> <p>Maria Murtinho</p>	<p>6 dep. VISEU</p> <p>Sebastião Henriques Porta-voz</p> <p>Léonard Murys</p> <p>Bruno Rafael Santos Almeida</p> <p>Inês Pinto Ferreira</p> <p>Maria João Silva</p> <p>Martim Alves Coelho</p>	<p>6 dep. PORTO</p> <p>José Pedro C. Teixeira Porta-voz</p> <p>Mafalda Cruz Brito</p> <p>Rui de Moura Pinheiro</p> <p>Vasco de Carvalho Bertoquini</p> <p>Ana Sofia Moreira Macanjo</p> <p>Guilherme Lobo de Almeida</p>
<p>2 dep. Aveiro</p> <p>Bárbara Sousa</p> <p>João Pedro F. Marques da Silva</p>	<p>4 dep. VILA REAL</p> <p>Manuel F. Pinto Porta-voz</p> <p>Ari Carvalho</p> <p>João Diogo F. Melo Machado</p> <p>Francisco Ribeiro Pinto</p>	<p>2 dep. Açores</p> <p>Gonçalo Mosa Matos</p> <p>Inês G. Pereira Monteiro</p>	<p>6 dep. SETÚBAL</p> <p>Luis Pedro de A. Bravo Porta-voz</p> <p>Martim Ferreira Lourenço</p> <p>Joana Filipa da Conceição Costa</p> <p>Matilde M. de Oliveira Prata Silva</p> <p>Afonso Ilhéu</p> <p>Nuno Calado</p>

1.ª COMISSÃO Sala 1	2.ª COMISSÃO Sala 2	3.ª COMISSÃO Sala 3	4.ª COMISSÃO Sala 6
4 dep. Porto João Barão David Barros Mafalda de Macedo Pinto Candal Miguel Coelho Moreira Cruz	2 dep. Leiria Francisco Tuna David Gomes	4 dep. Lisboa Clara Figueiredo da Silva Anastácio Salvador de Moura Esteves Vargês Igor Oliveira Ana Filipa Marques	2 dep. Braga Sofia Antunes Machado Ana Beatriz Matos Salgado
34 deputados/as 5 Projetos de Recomendação	34 deputados/as 6 Projetos de Recomendação	32 deputados/as 5 Projetos de Recomendação	32 deputados/as 6 Projetos de Recomendação

NOTAS:

Cada Comissão, após debate, aprova:

- um projeto comum, com um limite máximo de 5 medidas;
- 4 perguntas para serem apresentadas na Sessão Plenária.

As perguntas devem ser previamente preparadas pelos Porta-vozes de cada círculo e apresentadas na Comissão respetiva.

PROJETOS DE RECOMENDAÇÃO

AÇORES

1. Criação de uma equipa de especialistas multidisciplinar que inclua diplomados nas áreas, de Comunicação, Direito e Informática, entre outras, com o objetivo de desenvolver projetos vocacionados para a sociedade em geral, sobre literacia mediática. Anualmente, no dia, assinalado pela UNESCO, de sensibilização para esta temática, a referida equipa promoveria um projeto mais amplo, e com maior impacto na comunidade.
2. Criação de um Selo Nacional de Veracidade online, atribuído a jornais e sites portugueses que, após avaliação, sejam categorizados com elevado nível de transparência, rigor e veracidade.
3. Reforço da consciencialização sobre a ameaça que constitui a desinformação, através do robustecimento das medidas legais de combate às *deepfakes*.
4. Promoção de campanhas de sensibilização em estabelecimentos de ensino, com o intuito de fomentar o interesse pelo tema, visando, em primeiro lugar, uma melhor compreensão sobre o mesmo e a sua gravidade e, em segundo lugar, projetando possíveis soluções.

AVEIRO

1. Desenvolvimento de uma *app* gratuita, gerida por uma entidade especializada, com a função de informar os utilizadores acerca da veracidade das notícias selecionadas pelos mesmos, dando primazia às mais enunciadas.
2. Criação e implementação do PECAD (Plano Educativo de Combate à Desinformação) nos conteúdos programáticos das disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), no caso dos 2.º e 3.º ciclos, e nas disciplinas de Filosofia, Português e Inglês, no caso do ensino secundário. Esta medida seria reforçada com palestras acerca das causas, efeitos e perigos da desinformação, através da realização de atividades lúdicas no 1.º ciclo.
3. Criação de uma equipa de fiscalização de notícias que circulam na internet, com o objetivo de diminuir possíveis tentativas de fraude, bem como criar um sistema de atribuição de selos de qualidade a meios de comunicação social.
4. Investir na introdução de momentos televisivos (exemplo: “Quem consegue não ser enganado?” ou a criação do “Minuto Não-Fake”), que abordem o tema da desinformação, adaptado às diferentes faixas etárias.

5. Aplicação obrigatória, em todos os *websites* informativos, de um botão de alerta para situações de desinformação, as quais devem ser alvo de análise, por parte da ERC – Entidade Reguladora da Comunicação (alargando, assim, as responsabilidades desta entidade). Criar uma assinatura digital, como forma de responsabilizar as pessoas pelos seus atos e pelo que publicam.

BEJA

1. Criação de plataformas digitais nas quais são implementados e fiscalizados critérios de fiabilidade da fonte, incluindo a validação da informação com selos de autenticidade, como “Notícia Certificada”, bem como o desenvolvimento de algoritmos capazes de identificar notícias falsas, antes da sua publicação, financiadas por uma coligação de órgãos públicos e privados.
2. Tratamento do tema das *fake news* através de palestras educacionais interativas e preventivas nas escolas e organização de sessões de esclarecimento/formação para a web segura, em lares, centros de dia e juntas de freguesia.
3. Alfabetização “mediática” para manter o cidadão informado através de debates educacionais e da organização de sessões de esclarecimento/promoção para a comunidade em geral.
4. Criação de uma aplicação/site onde exista uma base de dados, na qual estão listados os média fidedignos.

BRAGA

1. Implementação de um ícone de alerta em todos os sites informativos, que permitirá aos visualizadores classificar a notícia como uma possível *fake news*, caso a veracidade da mesma levante dúvidas. Desta forma, este alerta funcionaria como um aviso e, mediante o número de denúncias, os sites que publicam *fake news* podiam ser sujeitos a uma fiscalização da ERC.
2. Criação de um *website* com a finalidade de denunciar e verificar a veracidade de notícias/páginas e, simultaneamente, recomendar páginas de histórico fidedigno que possuem informações relacionadas com os temas denunciados.
3. Integrar a sensibilização para a desinformação nos temas da Cidadania e Desenvolvimento, ou outras equivalentes, de modo a levar a cabo ações decididas pela direção escolar e integradas no tempo letivo individual, no sentido de alertar as populações para o perigo das *fake news*.

4. Combater a desinformação na comunidade sénior através da promoção de programas televisivos, radiofónicos e anúncios televisivos rápidos, que alertem o público para os perigos da desinformação/*fake news*.

BRAGANÇA

1. Criação de um site oficial através da utilização de Blockchain, que permite criar plataformas fiáveis. Em junção com este site de exposição de *fake news*, sugerimos, também, a criação de uma linha telefónica de denúncia de notícias falsas.
2. Aumento da pena de prisão e coima por lei para todos os indivíduos que criem e divulguem notícias falsas com fins lucrativos ou enganadores.
3. Aumento da verba direcionada para a ERC e maior especialização dos trabalhadores para melhor lidarem com os desafios apresentados, de modo a sensibilizar e alertar o maior número de pessoas possível.
4. Sensibilizar os cidadãos para a atenção que devem prestar às fontes de informação fidedignas. Criação de projetos de reforço dos já existentes, contra ações de desinformação veiculadas através de fontes de informação digital (noticiários, redes sociais, entre outras).

CASTELO BRANCO

1. Incentivar as escolas a ter como projeto turma, na área da formação cívica, existente em todas as áreas de ensino, temáticas relacionadas com a democracia, política e cultura, de modo a expandir a informação das crianças e jovens nestas áreas.
2. Criação de um gerador de algoritmos que será aplicado em todos os motores de busca e que irá alertar o cidadão sobre o grau de veracidade da informação dada pela entidade. Este gerador de combinações algorítmicas irá criar, diariamente, novos algoritmos de modo a manter a informação disponibilizada ao cidadão mais segura e fidedigna.
3. Criação de um novo departamento da ERC, sendo este uma referência e um órgão reconhecido por esta identidade, onde se deve apurar e divulgar de forma credível e isenta a informação, quer em órgãos de comunicação social que estejam relacionados com o jornalismo ou figuras políticas influentes, quer em jornais físicos. Esta organização, após o tratamento da informação, apresenta de forma anual um selo que seria aplicado a todas as fontes de informação e através de um algoritmo que será aplicado nas redes sociais e fontes de pesquisa online que sejam essenciais para a conservação da democracia.

4. Autenticação digital: utilização de um sistema de identificação seguro, com base no cartão de cidadão, credenciado por autenticacao.gov.pt, na criação de contas em redes sociais. Desta forma, seria mais instantâneo encontrar quem divulga uma notícia falsa ou promove campanhas de difamação através das mesmas. Esta medida vai ao encontro da carta portuguesa de direitos humanos na era digital, que foi publicada no Diário da República através da Lei n.º27/2021, de 17 de maio. Este documento, que prevê os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos no ciberespaço, enuncia vários direitos que importa sublinhar.
5. Criação de um programa televisivo com *site* e *app* em que uma equipa verifica a veracidade e credibilidade das fontes e da própria notícia. Este programa abrangeria rubricas sobre assuntos económicos, científicos, legislativos, entre outros.

COIMBRA

1. Criação de um projeto-piloto com algumas instituições escolares, abrangendo mais disciplinas, para abordar o tema das *fake news*, adaptando às faixas etárias, do 1.º ciclo ao secundário. No 1º ciclo, inseria-se o tema no Estudo do Meio, nos 2.º e 3.º ciclos, nas TIC e Cidadania. Por fim, no secundário, através da Filosofia, no caso do ensino regular e Área de Integração, no Ensino Profissional, e Português, comum a ambos. Depois de uma legislatura a 4 anos letivos, consoante os resultados, ou seria abolido ou alargado a todas as escolas.
2. Promoção de uma iniciativa que reúna os vários clubes de jornalismo a nível regional para a formulação de uma página de jornal que junte as notícias mais pertinentes divulgadas no período escolar em questão, pelos diversos jornais locais. Cada página dos 18 distritos e regiões autónomas, constituirá, em conjunto com as restantes, um só jornal trimestral nacional acessível online.
3. Implementação e expansão a grupos com menor literacia digital – adultos e idosos. Criação de um programa em conjunto com os meios de comunicação social e associações de voluntariado – rádio, televisão, associações de moradores, entre outros. Oportunidade para jovens que (com a 1.ª medida) adquiririam formação e para profissionais na área da informação que poderiam, também, dar formação a quem precisa e não se abrange facilmente.

EUROPA

1. Oferta, nos estabelecimentos de ensino secundário ou escolas profissionais, públicos ou privados, de um ou dois jornais digitais ou físicos à disposição para quem desejar informar-se através de notícias e informação geral atualizada e confiável.

2. Criação de uma lei que impeça ou controle qualquer forma de *lobbying*, tanto na política como na ciência, para impedir que os governantes e os legisladores mudem de opinião por dinheiro ou falsas informações. Se uma empresa quiser fazer divulgação junto dos políticos, deverá declarar ao povo o que faz. Deve ser banido qualquer tipo de *lobbying* de empresas que tenham a ver com saúde, produtos de tabaco e álcool.
3. Elaboração de uma lei de uma Autoridade saída da Assembleia da República que obrigue os motores de busca a criarem uma certificação dos *sites* considerados fiáveis sobre a divulgação de conteúdos de informação, com a adoção de um símbolo reconhecível na barra de navegação ao lado do endereço do *site*, indicando ao utilizador que está a entrar num *site* que não divulga informação falsa ou deturpada. *Sites* não confiáveis devem fazer parte de uma lista negra, de acesso geral.

Aprovado na Sessão Escolar do Cycle d'Orientation du Renard, Le Lignon, Suíça.

ÉVORA

1. Campanhas de sensibilização nos meios de comunicação social para os perigos da desinformação.
2. Sistema de verificação da veracidade das notícias nas plataformas de comunicação social, com a implementação de um algoritmo nas plataformas digitais (*browsers*).
3. Criação de um dia municipal para a literacia dos media. As ferramentas facultadas nesse dia estariam disponíveis durante o ano para consulta. Assim, seriam iniciados processos de autodefesa face aos riscos e ameaças da desinformação, incluindo os que advêm dos novos média e das redes sociais.

FARO

1. Realizar uma política de sensibilização para o tema da desinformação, com uma vertente destinada à população em geral, através de campanhas de comunicação institucional e com uma vertente destinada aos alunos do ensino secundário, através da introdução de Estudos Políticos no currículo obrigatório.
2. Criar subscrições comparticipadas/preço de estudante em jornais fiáveis com recurso à tarifa social da Internet.
3. Criação de legislação na Constituição Portuguesa que penalize propagadores de notícias enganosas, tendo em vista uma futura aplicação à escala europeia.

4. Eliminação, no contexto de órgãos informativos, da recomendação algorítmica de notícias, de modo a impedir que o indivíduo fique limitado à sua bolha social, evitando a desinformação.
5. Criação de uma *newsletter* mensal opcional com o objetivo de entrega a todos os cidadãos, de modo a estes serem informados sobre as decisões tomadas no Parlamento e no país durante esse período de tempo, tendo o intuito de combater a desinformação a nível político.

FORA DA EUROPA

1. Introdução do domínio Desinformação e Notícias Falsas (*fake news*) nas áreas transversais e longitudinais a desenvolver na componente de Cidadania e Desenvolvimento, como sendo uma das áreas obrigatórias na construção de uma cidadania democrática e respeitadora dos Direitos Humanos.
2. Criação de plataformas digitais de cidadãos, temáticas e divididas em três secções — área da comunidade, área de debates e área dos profissionais especializados —, com informações e/ou notícias veiculadas preferencialmente pela Internet, validadas com um “selo de conteúdo seguro” pelos profissionais participantes nas plataformas (as informações e/ou notícias veiculadas são objeto de discussão e de esclarecimento através do debate entre os membros dessa comunidade digital).

Aprovado na Sessão Escolar da Escola Portuguesa de Cabo Verde — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV).

GUARDA

1. Criação de uma campanha publicitária com recurso ao uso dos média (incluindo televisão) com mensagens explícitas dos danos causados aos intervenientes reais (vítimas), realçando os impactos negativos que as *fakes news* tiveram nessas pessoas, na sua carreira, na sua vida familiar, etc.
2. Criação de uma Autoridade de Validação de Informação e Comunicação (AVIC). Em articulação com a União Europeia e outras instâncias internacionais, definir um quadro jurídico comum que defina regras claras de funcionamento das redes sociais (e outros ambientes digitais), responsabilizando as empresas que fornecem esses serviços e penalizando de forma exemplar os produtores de desinformação.

3. Criação de um programa educativo, transversal a todos anos letivos, que incentive a literacia mediática. Sugere-se a atribuição de uma assinatura digital de imprensa gratuita a todas os estudantes do ensino secundário e superior e dinamização de cursos, oficinas e sessões de esclarecimento inter-relacionais sobre a temática das *fake news*. A nova geração é, relativamente, dotada de um maior grau de literacia digital, e, por isso, propõe-se que as ações referidas sejam promovidas por jovens.

LEIRIA

1. Introdução da temática “Democracia” como aprendizagem essencial nas disciplinas de TIC, API e Cidadania, com a criação de uma disciplina de introdução à política, facultativa até ao 11.º ano e obrigatória no 12.º ano.
2. Implementação, por intermédio do Centro Nacional de Cibersegurança, de um mecanismo de verificação da oficialidade dos sites de informação e a distinção do carácter informativo ou pessoal das notícias e publicações dos sites credenciados nacionalmente.
3. Criação de uma associação jornalística de investigação, trabalhando em paralelo com um *website* jornalístico, financiado com uma porção do capital investido na RTP.

LISBOA

1. “120 segundos para um mundo informado”: criação de vídeos mensais dinâmicos e atrativos, a serem divulgados a nível nacional, obrigatoriamente nas escolas, com o objetivo de combater a desinformação.
2. Obrigatoriedade de colocação das fontes em notícias e artigos de opinião publicados que refiram dados explícitos.
3. Utilização da inteligência artificial no combate às *fake news* de forma a perceberem que medidas são, de facto, verdadeiras, mediante aplicação de vários modelos de elevada eficácia. Seria ainda instruído um sistema de selos de certificação a meios e canais de informação.
4. Alfabetização Digital – combate à desinformação com a promoção do espírito crítico e da literacia mediática, transversal a todas as faixas etárias, atribuindo às autarquias um papel importante na sensibilização da sociedade local (desde os mais velhos, em parceria com as universidades seniores e utilizando todos os média possíveis para fazer chegar as campanhas aos restantes).

5. Implementação de um programa nacional de combate à desinformação nas escolas, no âmbito de Cidadania e Desenvolvimento, que inclua *workshops* e palestras, de forma a aproximar mais os alunos ao tema.

MADEIRA

1. Criação de uma entidade que tenha como competência a atribuição de selos de qualidade às diferentes empresas de comunicação social, com recurso a critérios predefinidos, como seja, por exemplo, a utilização de um símbolo de segurança *fake news safe*. A atribuição deste selo de qualidade aos órgãos de comunicação social poderia estar associada a vantagens, como a redução dos seus impostos.
2. A existência de plataformas com algoritmos para a deteção de notícias falsas, através de um sistema automatizado de verificação da notícia na técnica de processamento natural, as quais deverão estar em uso em todas as redações dos diversos órgãos de comunicação social.
3. Os comentadores dos diversos temas teriam de ser especialistas/peritos nessas áreas, de modo a não fazerem juízos de valor ou especularem sobre algo que não dominam.
4. Adicionar ao programa de Cidadania, no ensino básico, uma área curricular com o objetivo de possibilitar aos jovens a identificação das *fake news* e os seus riscos.
5. Maior aposta na literacia mediática nas escolas, através do desenvolvimento de projetos e formações, junto dos jovens. Promover e proporcionar palestras nas escolas e universidades, para desenvolver o seu sentido crítico. Criação de um programa educacional com foco na distinção das informações verídicas. Ações de sensibilização em diferentes suportes (televisão, redes sociais, etc.). Este programa começa nos jovens, ainda em idade escolar.

PORTALEGRE

1. Criminalizar as condutas a entidades que divulguem informações falsas, tendenciosas e/ou não confirmadas e conseqüente remoção das mesmas.
2. Implementação do tema “desinformação” na disciplina de Cidadania e TIC.
3. Criação de um organismo público que vise desenvolver medidas de combate e fiscalização, de modo a identificar, analisar e responder à influência de informação falsa e enganosa.

PORTO

1. Reforçar competências da ERC, dando a conhecer a sua atividade e realizando avaliações trimestrais, com o objetivo de efetuar um controlo de qualidade. Desta maneira, visa-se a elaboração de um Plano Nacional de Combate.
2. Iniciar um processo de colaboração íntimo, através do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, com as plataformas digitais nos moldes acordados no plano europeu “Combater a Desinformação em linha: uma estratégia europeia”, redigido em 2018.
3. Promoção/dinamização de ações de formação sobre este tema para todas as faixas etárias, incidindo em especial: nos alunos do 1.º ao 3.º ciclo e secundário, nas disciplinas curriculares de TIC e Cidadania e Desenvolvimento; nos adultos e idosos, nas juntas de freguesia, na forma de fóruns presenciais semanais e, para pessoas incapacitadas, atividades nos centros de dia e lares.

SANTARÉM

1. Crivo da Verdade – Instituição, por decreto-lei da AR, e monitorizada por uma comissão. A instituição seria constituída, respetivamente, por um consórcio de especialistas que procederiam à identificação de *fake news* e por membros deputados que vão ser eleitos segundo as eleições legislativas anteriores, ficando, estes, responsáveis pela parte administrativa.
2. Inserir a temática das *fake news* na educação com a sua propagação e combate, através de ações de sensibilização e através da inserção da literacia mediática e política para o desenvolvimento de competências, inculcadas e referidas nas Áreas de Competências do Perfil dos Alunos (A.C.P.A.S.E.O.) e inserir na avaliação dos alunos o domínio dessas competências (regras de citação, não realização de plágio, bibliografia devidamente constituída, recurso a fontes fidedignas, etc.).
3. +Cultura Digital – criação, no âmbito da Direção Geral de Educação, de um programa para as escolas. Todos os anos seriam selecionados os projetos com maior impacto na promoção da cultura digital da comunidade estudantil, sendo os melhores premiados com bolsas e estágios. As escolas e alunos vencedores seriam convidados a desenvolver durante um ano letivo um *podcast*/jornal *online* dedicado ao combate à desinformação e à defesa da democracia, que seria divulgado em todas as escolas.
4. Estabelecer parcerias com rádios locais, jornais e associações de estudantes com o intuito de combater a iliteracia digital e financeira e, desta forma, capacitar a população de conhecimento económico.

SETÚBAL

1. Aumentar a consciencialização sobre a problemática e melhorar o conhecimento sobre a temática: fazer campanhas e *workshops* promovidos pela Assembleia da República em escolas e postos de trabalho, realizados por estudantes e outras entidades pertencentes à área da política. Estas atividades são dinâmicas e interativas e seriam adaptadas de acordo com o público-alvo, de modo a informá-los mais detalhadamente acerca da desinformação no seio da democracia. Para o público mais jovem, a partir do 7.º ano.
2. Colocação de avisos em publicações nas redes sociais, para alertar para a existência de informações falsas: em todas as redes sociais seriam colocados alertas em qualquer tipo de publicação que potencialmente incluísse informações falsas. Estes seriam controlados pelo departamento responsável pela proteção dos usuários nas redes sociais, de modo a informar os utilizadores acerca da potencial existência de notícias de carácter falso. As publicações passariam por uma avaliação prévia.
3. Formação de professores no âmbito da desinformação, dado o seu carácter recente.
4. Plataforma de *fact-checking*, conjugada com um maior investimento e aproveitamento da inteligência artificial, de forma a assegurar uma fiabilidade cada vez maior.

VIANA DO CASTELO

1. Fomentar a literacia mediática, através da implementação de estratégias adequadas, tais como, a sua implementação no Plano Nacional de Educação, ações de formação nas empresas e função pública e a sua inclusão no tempo de antena estatal.
2. Credibilização e investimento em plataformas de *fact-checking*.
3. Reestruturar a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, passando a denominar-se Entidade Reguladora para a Comunicação Social e Digital, garantindo uma efetiva fiscalização dos algoritmos em ordem à factividade da informação.

VILA REAL

1. Modificação da legislação, de modo a torná-la mais rígida, por parte da União Europeia, através da criação de uma unidade de combate, de forma a exercer mais controlo e responsabilidade das redes sociais.
2. Criação de núcleos de *fact-checking*, serviços de verificação de factos de cariz jornalístico apartidário, dirigidos por uma entidade de natureza imparcial.
3. Combate à desinformação nas escolas, estimulando o espírito crítico dos alunos, em colaboração com as disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento e TIC, para os dotar de ferramentas que permitam identificar e combater as *fake news*.
4. Inserir o tema “desinformação” nos programas das disciplinas que requerem pesquisa, análise crítica e distribuição de informação (como Português, Cidadania e Desenvolvimento e Filosofia), com o intuito de complementar a formação dos estudantes em relação à desinformação. Dotando as escolas de autonomia e responsabilidade, cabe às mesmas decidir a abordagem a adotar para a inserção deste tópico nos programas das disciplinas selecionadas pelas mesmas. Por sua vez, a formação dos professores deve ser providenciada por formadores como professores catedráticos, jornalistas, historiadores.

VISEU

1. Aplicação do Media Literacy Education em voga na Finlândia (país mais resistente na Europa a *fake news*) no sistema de ensino português, incluindo sensibilizações sobre desinformação no programa curricular das disciplinas.
2. Realização de pequenos vídeos a expor nas redes sociais, curtas reportagens em horário nobre, propondo um canal televisivo de uma rubrica diária de síntese da matéria mais relevante abordada na Assembleia da República.
3. Criação de uma entidade (instituto/gabinete) que dará subsídio às plataformas credíveis de leitura de notícias, premiando aqueles que apresentem a informação de forma mais fidedigna.
4. Aprovação e/ou revisão de legislação que crie ilícitos penais ou contraordenações e aumente as molduras penais e as multas para as contraordenações.

Nota: As escolas portuguesas dos círculos da Europa e de Fora da Europa não realizam a Sessão Distrital/Regional, sendo a sua recomendação aprovada na Sessão Escolar da escola selecionada para representar o respetivo círculo na Sessão Nacional.

Vota MFN
Movimento das Fake News

O que é a verdade?

V!FN
AS VERDADEIRAS
FAKE NEWS

Liberte-se dos factos!

vota CdFN
Coligação das Fake News

A ciência não sabe nada. Nós sabemos tudo!

Alt-FN
MOVIMENTO ALTERNATIVO
FAKE NEWS

Os factos alternativos que contam!

VOTA MIND-FN

Movimento Independente das Fake News

TODOS mentem, exceto o MIND-FN!

Sim, a Terra é quadrada.

Vota JPFN
Juntos pelas Fake News

FN!
FAKE NEWS!

Vota FAKE NEWS!
Nós não mentimos.

Teorias da conspiração? Verdades!

FN/NV
Fake News
Novas Verdades

A realidade que interessa.

VOTA MP-FN
Movimento Popular Fake News

Alt-FN
MOVIMENTO ALTERNATIVO
FAKE NEWS

Os factos alternativos que contam!

Vota MFN
Movimento das Fake News

O que é a verdade?

PodFN
Partido oficial das Fake News

O voto da desconfiança.

FN!
FAKE NEWS!

Vota FAKE NEWS!
Nós não mentimos.

Teorias da conspiração? Verdades!

FN/NV
Fake News
Novas Verdades

vota CdFN
Coligação das Fake News

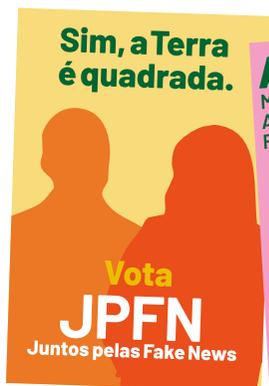
A ciência não sabe nada. Nós sabemos tudo!

Vota V!FN
AS VERDADEIRAS
FAKE NEWS

Liberte-se dos factos!

REGIMENTO





COMISSÃO
PARLAMENTAR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



Programa
Parlamento dos Jovens

